



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individuais
Relatório Integrado 2022

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

Índice

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 4 |
| 1 RELATO SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DAS AUTARQUIAS | 7 |
| 1.1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL, NACIONAL, E LOCAL | 7 |
| 1.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS | 11 |
| 2 RELATO SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTAL | 14 |
| 2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO | 14 |
| 2.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS | 16 |
| 2.2.1 RECEITAS | 16 |
| 2.2.2 DESPESAS | 19 |
| 2.2.3 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL | 21 |
| 3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS | 24 |
| 3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS | 24 |
| COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS EM 2022 E 2021, A SUA VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA EM (%): | 24 |
| 3.2 ESTRUTURA DE GASTOS | 25 |
| 3.3 PESSOAL | 25 |
| 3.4 EBITDA E RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO | 26 |
| 3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO | 27 |
| 4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA | 28 |
| 4.1 POSIÇÃO FINANCEIRA | 28 |
| 4.2 INDICADORES DE GESTÃO | 28 |
| 4.3 ANÁLISE ECONÓMICA | 29 |
| 4.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS | 30 |
| 5 CONTABILIDADE DE GESTÃO | 36 |
| 6 QUESTÕES AMBIENTAIS | 37 |
| 7 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES | 39 |
| 7.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO | 39 |
| 7.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO | 39 |
| 7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |

Índice de Ilustrações

| | |
|--|----|
| GRÁFICO I PESSOAL AO SERVIÇO - 2022 | 11 |
| GRÁFICO II DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO | 12 |
| GRÁFICO III EVOLUÇÃO DO Nº DE COLABORADORES AO SERVIÇO | 13 |
| QUADRO I ESTRUTURA E EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO POR FUNÇÕES - ANO DE 2022 | 14 |
| QUADRO II MAPA COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI..... | 15 |
| QUADRO III EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA | 16 |
| QUADRO IV EVOLUÇÃO DA RECEITA (2010 A 2022) | 17 |
| QUADRO V FUNDOS MUNICIPAIS - FEF - FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO, FSM –FUNDO SOCIAL MUNICIPAL, IVA, IRS | 18 |
| QUADRO VI EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA..... | 19 |
| QUADRO VII EVOLUÇÃO DA DESPESA | 19 |
| QUADRO VIII DESPESA CORRENTE E CAPITAL | 20 |
| QUADRO IX PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 21 |
| QUADRO X DÍVIDAS A CURTO PRAZO, MÉDIO E LONGO PRAZOS | 22 |
| QUADRO XI POSIÇÃO DOS PROJETOS CANDIDATOS EM 31/12/2022..... | 22 |
| QUADRO XII PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS | 23 |
| QUADRO XIII RENDIMENTOS 2021 E 2022 | 24 |
| QUADRO XIV GASTOS 2021 E 2022 | 25 |
| QUADRO XV GASTOS COM O PESSOAL 2021 E 2022 | 26 |
| QUADRO XVI EBITA E RESULTADO LÍQUIDO 2021 E 2022..... | 26 |
| QUADRO XVII INDICADORES FINANCEIROS/ENDIVIDAMENTO 2021 E 2022 | 27 |
| QUADRO XVIII ALGUNS ITENS DO BALANÇO 2021 E 2022..... | 28 |
| QUADRO XIX INDICADORES DE GESTÃO 2021 E 2022 | 28 |
| QUADRO XX RÁCIOS FINANCEIROS 2021 E 2022 | 29 |
| QUADRO XXI INDICADORES ECONÓMICOS 2021 E 2022 | 30 |
| QUADRO XXII APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2022 | 30 |

Ana Rita *Alonso*
[Signature]
[Signature]

INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do modelo atual. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro na sua atual redação, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública, designadamente no que respeita à harmonização, à credibilidade, à transparência e à comparabilidade das contas públicas, de modo a simplificar o tratamento da informação financeira bem como a sua fiabilidade.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas, trazendo uma nova visão de prestação de contas, essencialmente na visão financeira das contas públicas em relação ao normativo anterior. Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental, a contabilidade financeira tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. Já a contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, demonstrando a racionalidade e o rigor com que o executivo municipal tem assumido a gestão da autarquia, reforçando a aposta no equilíbrio financeiro, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados aos munícipes, através da seleção dos investimentos a priorizar no concelho com o objetivo do desenvolvimento deste e da economia local para beneficiação e valorização do território.

É neste sentido que, no âmbito do SNC-AP, a Norma de Contabilidade Pública [NCP] 1 - Estrutura, vem estabelecer as bases para os documentos de prestação de contas, na preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras (individuais e

consolidadas), permitindo a comparabilidade, quer com as demonstrações financeiros de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

No caso das demonstrações orçamentais, a sua preparação e apresentação assenta nas orientações e na estrutura definidas pela NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental. Para além de um conjunto completo de demonstrações orçamentais e financeiras, as entidades devem ainda apresentar informação complementar, permitindo a avaliação do desempenho da entidade, a gestão dos seus ativos e a respetiva sustentabilidade financeira, bem como a tomada e avaliação das decisões sobre a afetação de recursos públicos.

Dando cumprimento aos propósitos legais previstos na alínea i), do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013 - Regime Jurídico das Autarquias Locais, de 12 de setembro, bem como à alínea l), do n.º 2, do art.º 25º de igual diploma, apresentam-se de seguida os Documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano de 2022, resultantes do rigor do exercício de gestão municipal desenvolvido ao longo deste período, tendo como parte integrante e como complemento à contabilidade orçamental e contabilidade financeira, informação relativa à contabilidade de gestão, embora numa fase embrionária, que permite avaliar o resultado de algumas atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos através da desagregação dos gastos por bens, serviços e funções.

O relatório que a seguir se apresenta compreende não só uma descrição das atividades mais relevantes desenvolvidas pela autarquia no decurso de 2022, como também demonstra a sua execução orçamental e financeira para o período em análise, com a finalidade de proporcionar uma imagem verdadeira e adequada das contas municipais. Neste seguimento, submete-se o presente relatório com os demais documentos de prestação de contas e o inventário geral dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, à apreciação da Assembleia Municipal. Nesse sentido, este Relatório de Gestão demonstra que temos sabido cumprir com a missão que nos foi confiada pelos fozcoenses. O documento espelha, de igual forma, que o Concelho de Vila Nova de Foz Côa avança, empenhado no bem-estar da população e na contínua criação de condições para quem cá vive e trabalha, disponibilizando informação clara e objetiva sobre a situação orçamental, financeira, económica e patrimonial do Município.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C. Jorge' and 'C. Costa'.

Em 2022, a par da política de descentralização e coesão do território, continuamos a apostar na capacidade de gestão e dinamização dos executivos das nossas Juntas de Freguesia, através da transferência de competências e celebração de protocolos, acompanhados das respetivas transferências financeiras necessárias à realização de investimento e gestão dos espaços públicos, administrados por estes importantes órgãos do poder local. O compromisso com a sustentabilidade, numa lógica transversal a todos os domínios da ação da Câmara Municipal, prova que garantimos uma gestão financeira assente em pressupostos que se traduziram em qualidade de vida e de oportunidades às atuais e futuras gerações. Nesse sentido, a sustentabilidade continuará a estar no centro da gestão do Município, assegurando o cumprimento dos grandes objetivos corporizados nas nossas agendas. Procuramos, diariamente, que a nossa ação vá ao encontro da expectativa das nossas freguesias e das nossas gentes. Temos noção de que cada etapa é decisiva e, por isso, a qualidade de vida e o bem-estar de todos é a nossa maior preocupação.

1 **RELATO SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DAS AUTARQUIAS**

**1.1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL, NACIONAL, E
LOCAL**

A atividade económica na Europa, mostra que o crescimento em 2022 foi mais resiliente do que o esperado perante o grande choque negativo em torno da guerra na Ucrânia. No entanto a invasão contribuiu para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal.

O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está ligeiramente mais otimista sobre o crescimento económico da Zona Euro para este ano, conforme atualização das "Previsões Económicas Globais" de janeiro de 2023, justificando a revisão em alta com “os efeitos da rápida subida das taxas de juro do Banco Central Europeu (BCE) e a erosão dos rendimentos reais, compensado pelo efeito de arrastamento dos resultados de 2022, preços de energia mais baixos e anúncios adicionais de apoios na forma de controlo de preços de energia e transferências de dinheiro”.

O desafio que toda a “nova realidade” trouxe à humanidade e a prova constante que impôs à sua resiliência, foram e continuam a ser avassaladores, contudo, o mundo em geral, e nós em particular, temos vindo a superar-nos constantemente, adaptando-nos e respondendo, o melhor possível, às vicissitudes destas catástrofes que tardam em nos deixar voltar à normalidade. Desde os primeiros momentos da pandemia e, uma vez que este Município prima pela atitude antecipatória, tivemos plena noção dos “naufrágios” que iriam ser vividos pela população em geral, e atentos, quisemos minimizá-los, criando mecanismos de auxílio à comunidade no seu todo, na tentativa de minorar os impactos, muitos deles dramáticos. Vivendo um curto período de constante adaptação à imposta “nova vida”, decidimos que mitigados os impactos mais críticos da pandemia, junto de cidadãos e empresários locais, havia que dar continuidade a projetos já há muito prospetivados para concretização ao longo

do ano, os quais viriam a criar melhorias significativas, não só ao nível de infraestruturas essenciais, mas também ao nível de outras valências viabilizadoras de satisfação e bem-estar gerais. Em suma, promover o alavancamento socioeconómico do concelho, e consequente consolidação do seu tecido social.

A resiliência supramencionada e, conforme o FMI, “foi visível nos dados de consumo e investimento do terceiro trimestre, refletindo o apoio governamental de cerca de 1,2% do PIB da União Europeia a famílias e empresas atingidas pela crise energética, bem como o dinamismo da reabertura das economias”, acrescentando que “os preços do gás caíram mais do que o esperado”.

A inflação na Zona Euro atingiu, em 2022, um recorde de 8,4% face aos 2,6% registados no ano anterior e a União Europeia um máximo de 9,2%, comparativamente aos 2,9% de 2021 (dados do Eurostat). Em Portugal a inflação disparou para os 8,1% (2,7% em 2021), valores só comparáveis com os primeiros anos da década de 90 do século XX, com todas implicações diretas que tal acarreta para a qualidade de vida das pessoas. Os aumentos abruptos dos preços dos bens essenciais levam a que a vida fique muito cara e para quem depende de transporte próprio para trabalhar e das empresas que necessitam de combustíveis e energia para laborar, a situação atual é preocupante e obriga a que o futuro seja desenhado em função da realidade do presente.

O dinamismo do investimento em 2022-2024 é suportado por maiores recebimentos de fundos europeus e por condições de financiamento favoráveis, esperando-se uma implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) mais eficiente do que o estimado, sendo que a Comissão Europeia, até final de novembro de 2022, tinha transferido para Portugal 3,3 mil milhões de euros (Boletim Económico, dezembro 2022 – Banco Portugal).

Relativamente à economia portuguesa, previa-se que esta apresentasse um crescimento elevado em 2022, que refletia parcialmente a recuperação observada ao longo do ano anterior, desacelerando em 2023-2024. No início de 2022, a evolução da atividade foi condicionada pela nova vaga de COVID-19, pelos constrangimentos no fornecimento de matérias-primas e aumento do seu custo, a par do impacto da subida da inflação no poder de compra das famílias. Os valores transacionados no início desse ano com cartões nacionais e de não residentes apontaram automaticamente para um enfraquecimento do consumo privado e das exportações de turismo face ao período anterior. Em linha com esta evolução,

observou-se uma reduçãõ da atividade nos subsectores de alojamento e restauraçãõ. A produçãõ industrial também se reduziu no início do ano, em parte devido ao setor automóvel, que voltou a ser afetado por constrangimentos no acesso a matérias-primas. A recuperaçãõ da atividade prosseguiu em março, apesar do impacto do aumento das tensões geopolíticas na confiança dos agentes, nas cadeias de abastecimento, na inflaçãõ e nas taxas de juro, no entanto, a economia portuguesa concluiu o ano de 2022 com uma taxa de crescimento de 6,7%, o dobro da zona euro e superior à prevista pela Organizaçãõ para a Cooperaçãõ e Desenvolvimento (OCDE) e que, conforme o Instituto Nacional de Estatística (INE) deveu-se à “procura interna, aceleraçãõ do consumo privado e abrandamento do investimento”.

No boletim de março de 2023 e comparativamente às previsões de final do ano passado, o Banco de Portugal revê em alta o crescimento do PIB e a inflaçãõ em baixa, prevendo para 2023 um crescimento de 1,8% e 2% em 2024, após os 6,7% em 2022, prevendo uma reduçãõ da inflaçãõ de 81% (2022) para 5,5% este ano, voltando aos 2,1% apenas em 2025. O ritmo de crescimento do PIB deverá aumentar ao longo de 2023 e a inflaçãõ deverá reduzir-se de 8,4% no primeiro trimestre para 3,2% no quarto trimestre, refletindo-se o dinamismo das exportações de serviçõs, a manutençãõ de ganhos de quota nos mercados externos, a retoma do investimento, beneficiando do maior recebimento de fundos e o crescimento da produtividade total dos fatores, associado ao aumento das qualificações da populaçãõ.

Concluindo, o conflito armado na Ucrânia criou um quadro econõmico, social e geopolítico de imprevisibilidade. As perspetivas para o crescimento da economia portuguesa nos períodos seguintes têm sido revistas em alta e a inflaçãõ será substancialmente mais baixa. A instabilidade geopolítica implica que a magnitude do impacto econõmico do conflito é incerta, envolvendo o risco de materializaçãõ de cenários mais adversos. As respostas de política econõmica nacional e europeia são cruciais na mitigaçãõ do impacto macroeconõmico do choque e para assegurar a manutençãõ de um crescimento sustentado. A magnitude do estímulo financeiro e os prazos de execuçãõ do plano constituem desafios importantes à sua implementaçãõ. É crucial que Portugal revele capacidade para absorver os recursos disponíveis e que estes se materializem num aumento permanente da capacidade produtiva. A economia portuguesa mantém importantes desafios de longo prazo para prolongar a aproximaçãõ aos níveis de rendimento europeus, no contexto de transiçãõ digital e climática, financiada pelos fundos europeus.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individuais
Relatório Integrado 2022

Para atingir estes e outros objetivos a que se propõe Portugal e onde o Município se revê, é fundamental continuar a aumentar a qualificação da mão-de-obra e a produtividade, assim como implementar investimentos contribuindo para um crescimento direcionado e sustentado.

1.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

O Município de Vila Nova de Foz Côa, no exercício das atribuições que lhes estão cometidas pela Legislação em vigor (Lei nº 75/2013 de 12 de setembro) designadamente nos seguintes domínios: Equipamento Rural e Urbano, Energia, Transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, promoção do desenvolvimento, ordenação do território e urbanismo e cooperação externa, contava à data de 31-12-2022, com 165 colaboradores em funções, 77 do sexo masculino e 88 do sexo feminino, distribuídos pelas categorias/ carreiras da seguinte forma:

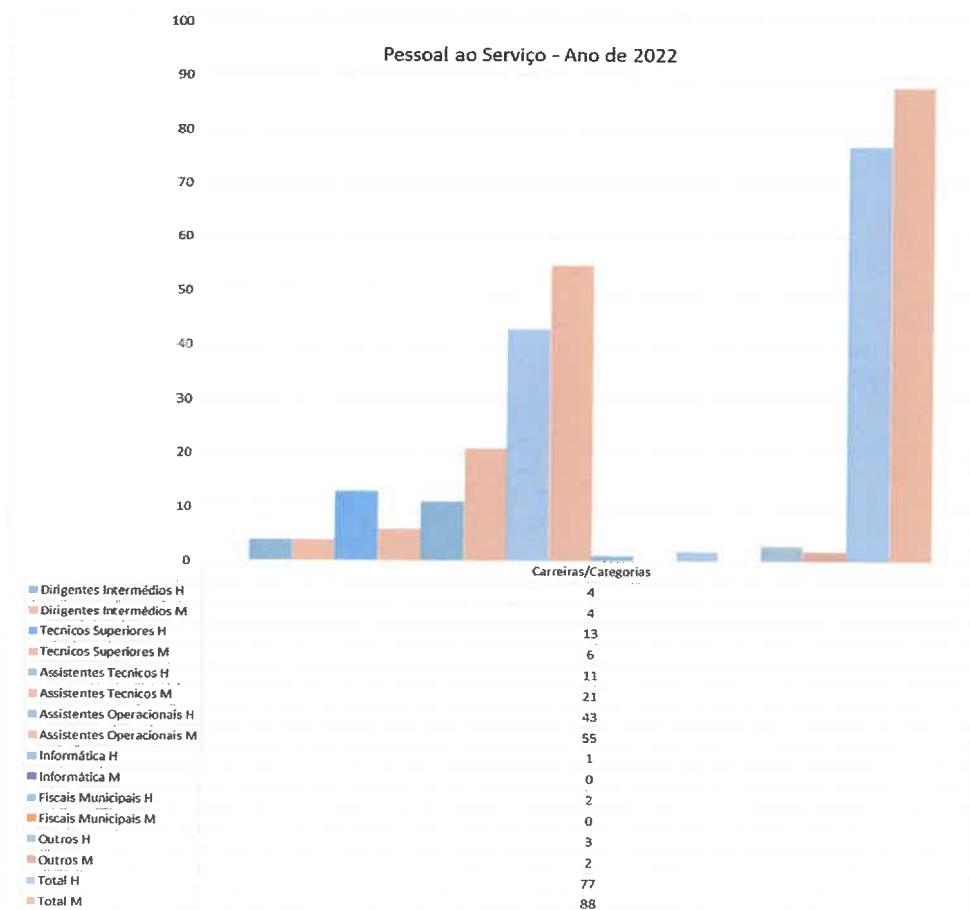


Gráfico 1 Pessoal ao Serviço - 2022

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

De seguida, analisamos a distribuição dos colaboradores por escalão etário.

Ano de 2022

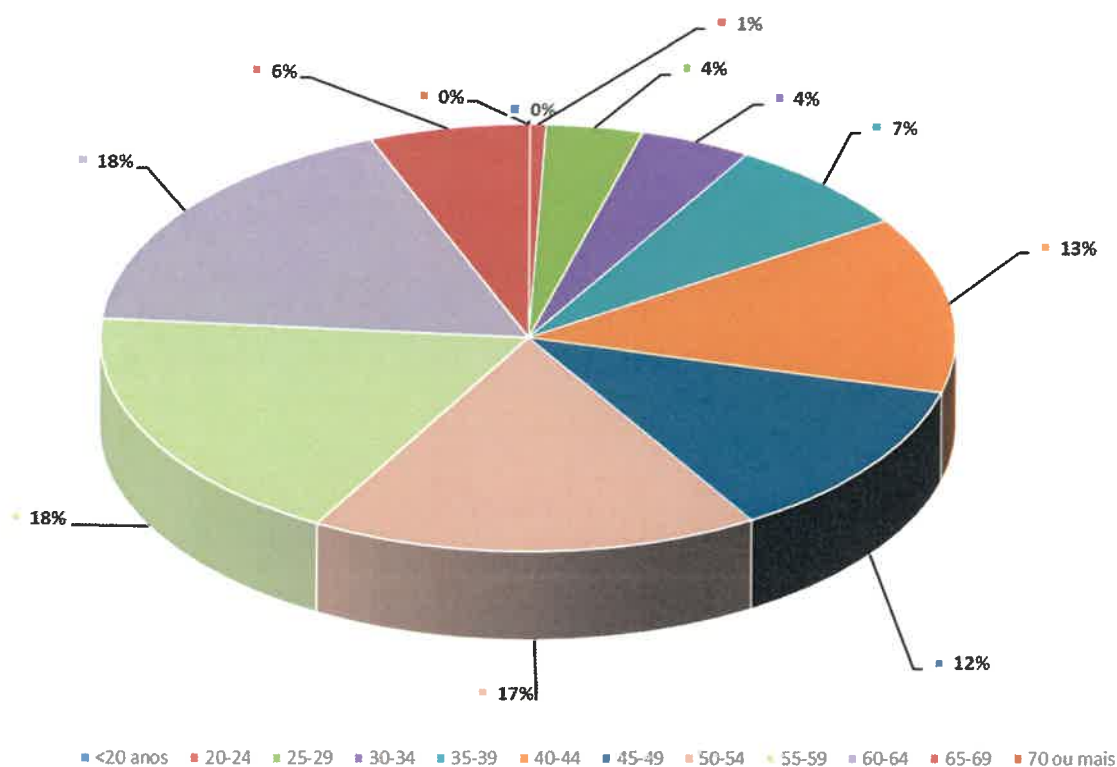


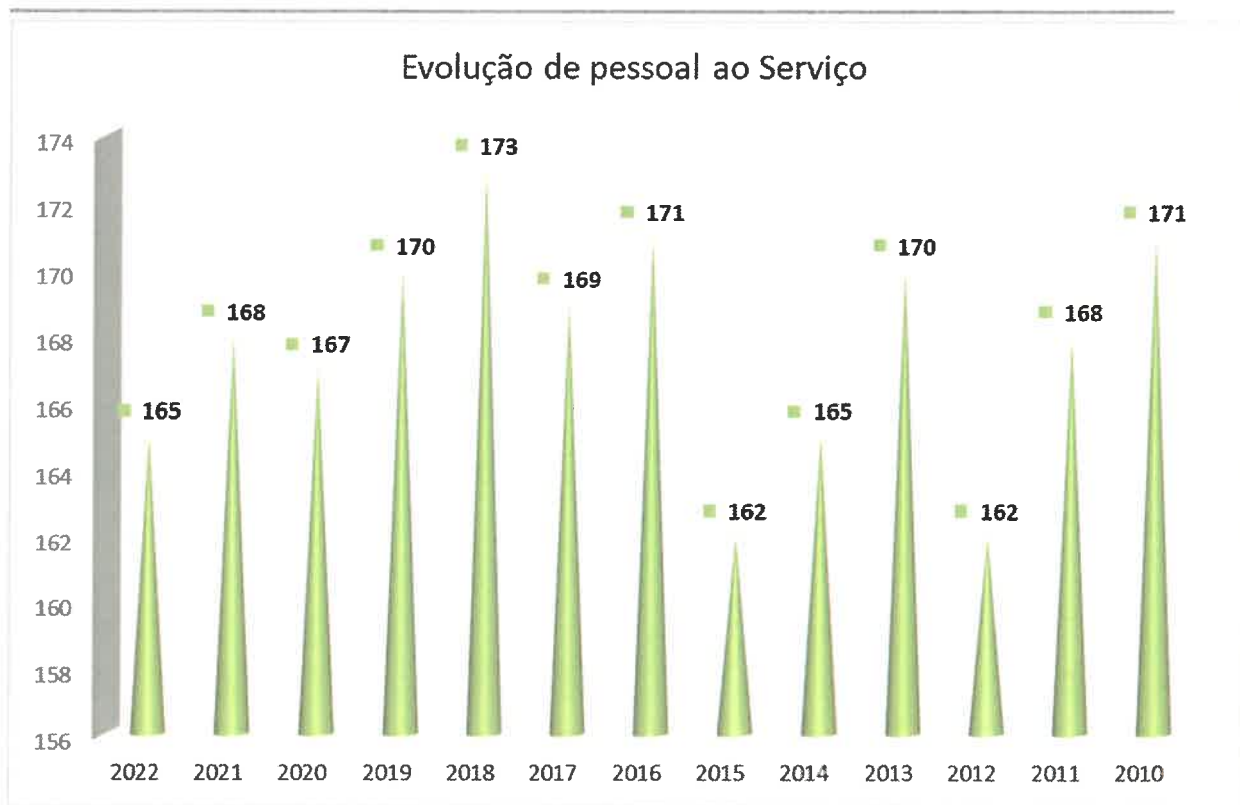
Gráfico II Distribuição dos colaboradores por escalão etário

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

Analisando o gráfico supra, verifica-se que a maior percentagem de colaboradores, situam-se nos escalões etários dos 55-59 anos e 60-64 anos com 18% e a seguir com 17% temos o escalão etário dos 50-54 anos. Realça-se o facto de 10 colaboradores (6%) se encontrarem no escalão etário de 65-69 anos, a atingir a idade de reforma. Refira-se que, no período temporal de 10 anos, irão reformar-se 69 colaboradores, que se encontram nos escalões etários dos 55 a 69 anos.

Destacamos ainda, a evolução do nº de colaboradores ao serviço neste Município, desde o ano de 2010 a 2022.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

Gráfico III Evolução do nº de colaboradores ao serviço

2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO

Mesmo com a implementação deste novo paradigma de análise às contas Municipais, o Plano Plurianual de Investimento, continua a ser uma ferramenta de análise importante, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais, em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Comércio e Turismo – 73.15%, Serviços Gerais de Administração Pública – 67.90%, Habitação e Serviços Coletivos – 49,38%, Transportes e Comunicações – 22,17%, Serviços Culturais Recreativos e Religiosos – 19,00%, Educação –16,35 %, Indústria e Energia– 1,98%

| Funções | Dotação Inicial | Alt. Modificativa | Dotação Atual | Executado | Desvio | Taxa de Execução % |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|--------------------|
| Serviços Gerais de Administração Pública | 232 101,00 | 95 500,00 | 327 601,00 | 222 452,65 | -105 148,35 | 67,90 |
| Educação | 118 002,00 | -67 000,00 | 51 002,00 | 8 341,29 | -42 660,71 | 16,35 |
| Segurança e Acção Sociais | 100,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | -100,00 | 0,00 |
| Habitação e Serviços Coletivos | 1 631 857,00 | 572 297,00 | 2 204 154,00 | 1 088 341,08 | -1 115 812,92 | 49,38 |
| Serviços Culturais Recreativos e Religiosos | 339 801,00 | 93 763,00 | 433 564,00 | 82 363,87 | -351 200,13 | 19,00 |
| Industria e Energia | 85 100,00 | 300 000,00 | 385 100,00 | 7 612,81 | -377 487,19 | 1,98 |
| Transporte e Comunicações | 1 712 301,00 | 915 000,00 | 2 627 301,00 | 582 519,74 | -2 044 781,26 | 22,17 |
| Comércio e Turismo | 1 454 100,00 | 252 500,00 | 1 706 600,00 | 1 248 360,56 | -458 239,44 | 73,15 |
| Total Geral | 5 573 362,00 | 2 162 060,00 | 7 735 422,00 | 3 239 992,00 | -5 322 341,61 | 41,89 |

Quadro I Estrutura e Execução do Investimento por Funções - Ano de 2022

| Evolução da Execução do PPI | | | |
|-----------------------------|---------------|--------------|--------|
| Ano | Previsto | Executado | % |
| 2010 | 8 563 680,48 | 2 979 906,87 | 34,80% |
| 2011 | 12 884 489,28 | 4 534 900,19 | 35,20% |
| 2012 | 13 095 658,25 | 5 619 156,06 | 42,91% |
| 2013 | 7 128 912,80 | 4 617 059,55 | 64,77% |
| 2014 | 2 593 350,00 | 1 653 432,69 | 63,76% |
| 2015 | 2 900 175,80 | 1 962 114,96 | 67,66% |
| 2016 | 1 515 067,95 | 652 285,50 | 43,05% |
| 2017 | 4 184 558,35 | 1 624 315,06 | 38,82% |
| 2018 | 4 374 258,83 | 1 657 243,46 | 37,89% |
| 2019 | 2 356 629,97 | 1 080 692,23 | 45,86% |
| 2020 | 5 039 430,80 | 2 204 932,12 | 43,75% |
| 2021 | 8 689 372,00 | 3 367 030,39 | 38,75% |
| 2022 | 7 735 422,00 | 3 239 992,00 | 41,89% |

Quadro II Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de execução de **41,89%**.

2.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.2.1 RECEITAS – 2022

| Económica | Classificação Descrição | Dotação | | Execução | | |
|-----------|--|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| | | Inicial | Alterações | Actual | Cobrada | % |
| 01 | IMPOSTOS DIRETOS | 1 044 812,00 | 0,00 | 1 044 812,00 | 1 064 445,48 | 101,9 |
| 02 | IMPOSTOS INDIRETOS | 1 333,00 | 0,00 | 1 333,00 | 5 690,66 | 426,9 |
| 04 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 18 694,00 | 0,00 | 18 694,00 | 30 737,91 | 164,4 |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 4 452,00 | 0,00 | 4 452,00 | 4 977,98 | 111,8 |
| 06 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 7 313 445,00 | 0,00 | 7 313 445,00 | 7 508 309,50 | 102,7 |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 1 235 998,00 | 0,00 | 1 235 998,00 | 1 296 707,03 | 104,9 |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 64 010,00 | 0,00 | 64 010,00 | 3 644,82 | 5,7 |
| | RECEITAS CORRENTES | 9 682 744,00 | 0,00 | 9 682 744,00 | 9 914 513,38 | 102,4 |
| 09 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 824,00 | 0,00 | 824,00 | 0,00 | 0,0 |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 4 386 671,00 | 0,00 | 4 386 671,00 | 2 628 689,68 | 59,9 |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,0 |
| 13 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 2,00 | 0,00 | 2,00 | 645,29 | 32 264,5 |
| | RECEITAS DE CAPITAL | 4 387 498,00 | 0,00 | 4 387 498,00 | 2 629 334,97 | 59,9 |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,0 |
| 16 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 4 572 550,20 | 4 572 550,20 | 4 572 550,20 | 100,0 |
| | OUTRAS RECEITAS | 1,00 | 4 572 550,20 | 4 572 551,20 | 4 572 550,20 | 100,00 |
| | TOTAL DA RECEITA | 14 070 243,00 | 4 572 550,20 | 18 642 793,20 | 17 116 398,55 | 91,8 |

Quadro III Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **17.116.398,55€**. Este valor inclui **4.572.550,20€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) que corresponde a **26,71%** das receitas arrecadadas.

O total das receitas correntes foi de **9.914.513,38€**, o que corresponde a **57,92%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **2.629.334,97€**, o que corresponde a **15,36%** do total das receitas arrecadadas.

Refira-se ainda que, a percentagem de execução de receitas correntes e de receitas de capital (com o saldo de gerência a ser considerado capital), em relação ao previsto corrigido é de **53,18%**, e **38,38%**, respetivamente.

Realçamos o facto de que, o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de 91,80%, cumprindo com o estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 setembro (RFALEI), na sua versão atual. A referida execução revela ainda que, os orçamentos municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.

Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores, no que se refere à evolução da receita arrecadada.

Handwritten signatures and initials:
 Ana Rita
 Foz
 AN
 [Signature]

| Anos | Correntes | Capital | Total | Evolução da Receita % |
|------|----------------|----------------|-----------------|-----------------------|
| 2010 | 6 655 937,69 € | 3 887 450,53 € | 10 543 388,22 € | 1,56 |
| 2011 | 6 679 059,99 € | 5 461 053,25 € | 12 140 113,24 € | 15,14 |
| 2012 | 6 695 144,27 € | 7 722 947,34 € | 14 418 091,61 € | 18,76 |
| 2013 | 7 820 678,22 € | 4 397 650,71 € | 12 218 328,93 € | -15,26 |
| 2014 | 9 192 109,86 € | 1 342 901,65 € | 10 535 011,51 € | -13,78 |
| 2015 | 8 745 879,96 € | 1 503 969,39 € | 10 249 849,35 € | -2,71 |
| 2016 | 8 677 500,14 € | 1 042 452,29 € | 9 719 952,43 € | -5,17 |
| 2017 | 8 641 949,84 € | 2 676 131,83 € | 11 318 081,67 € | 16,44 |
| 2018 | 8 940 239,15 € | 2 823 987,66 € | 11 764 226,81 € | 3,94 |
| 2019 | 8 788 565,58 € | 3 869 200,53 € | 12 657 766,11 € | 7,60 |
| 2020 | 9 002 457,12 € | 5 142 281,82 € | 14 144 738,94 € | 11,75 |
| 2021 | 9 831 208,18 € | 6 300 954,81 € | 16 132 162,99 € | 14,05 |
| 2022 | 9 914 513,38 € | 7 201 885,17 € | 17 116 398,55 € | 6,10 |

Quadro IV Evolução da Receita (2010 a 2022)

As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado, tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Fixa no IRS, transferência ao abrigo do nº3 do art.º 35 da Lei nº 73/2014 e participação da receita do IVA.
2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.
3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2021, houve uma **diminuição de 7,86%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

| Transferências do OE | | | | |
|----------------------|----------------|----------------|----------------|-----------------------|
| Anos | Correntes | Capital | Total | Evolução da Receita % |
| 2010 | 3 876 715,00 € | 2 411 434,00 € | 6 288 149,00 € | 1,03 |
| 2011 | 3 677 626,00 € | 2 296 112,00 € | 5 973 738,00 € | -5,00 |
| 2012 | 3 499 194,00 € | 2 175 776,00 € | 5 674 970,00 € | -5,00 |
| 2013 | 4 587 086,00 € | 1 087 888,00 € | 5 674 974,00 € | 0,00 |
| 2014 | 4 990 470,00 € | 528 100,00 € | 5 518 570,00 € | -2,76 |
| 2015 | 5 279 555,00 € | 551 571,00 € | 5 831 126,00 € | 5,66 |
| 2016 | 5 344 637,00 € | 558 052,00 € | 5 902 689,00 € | 1,23 |
| 2017 | 5 496 083,00 € | 558 052,00 € | 6 054 135,00 € | 2,57 |
| 2018 | 5 579 407,00 € | 584 215,00 € | 6 163 622,00 € | 1,81 |
| 2019 | 5 508 131,00 € | 1 012 113,00 € | 6 520 244,00 € | 5,79 |
| 2020 | 6 486 871,00 € | 611 380,00 € | 7 098 251,00 € | 8,86 |
| 2021 | 7 009 213,51 € | 660 665,00 € | 7 669 878,51 € | 8,05 |
| 2022 | 6 287 217,80 € | 835 869,00 € | 7 123 086,80 € | -7,13 |

Quadro V Fundos Municipais - FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal, IVA, IRS

2.2.2 DESPESAS

| Classificação | Designação | Dot. Inic. | Dot. Corríg. | Alterações (+/-) | Desp. Paga | % Exec. |
|---------------------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|--------------|
| 01 | Despesas com o pessoal | 2 914 304,00 | 3 440 454,20 | 526 150,20 | 3 290 608,29 | 95,64 |
| 02 | Aquisição de Bens e serviços | 3 615 562,00 | 4 875 477,00 | 1 259 915,00 | 3 970 815,39 | 81,44 |
| 03 | Juros e Outros encargos | 5 003,00 | 5 003,00 | 0,00 | 24,37 | 0,49 |
| 04 | Transferência Correntes | 1 423 502,00 | 1 926 927,00 | 503 425,00 | 1 791 911,49 | 92,99 |
| 05 | Subsídios | 200,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | Outras Despesas Correntes | 118 600,00 | 139 600,00 | 21 000,00 | 96 367,79 | 69,03 |
| Total Despesas Correntes | | 8 077 171,00 | 10 387 661,20 | 2 310 490,20 | 9 149 727,33 | 88,08 |
| 07 | Aquisição de Bens de Capital | 5 573 361,00 | 7 735 421,00 | 2 162 060,00 | 3 239 992,00 | 41,89 |
| 08 | Transferência de Capital | 419 708,00 | 519 708,00 | 100 000,00 | 153 367,32 | 29,51 |
| 09 | Activos Financeiros | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | Passivos Financeiros | 2,00 | 2,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total Despesas Capital | | 5 993 072,00 | 8 255 132,00 | 2 262 060,00 | 3 393 359,32 | 41,11 |
| Total Geral | | 14 070 243,00 | 18 642 793,20 | 4 572 550,20 | 12 543 086,65 | 67,28 |

Quadro VI Execução Orçamental da Despesa

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de **12.543.086,65€**.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de **9 149.727,33€**. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de **88,08%**. Verifica-se assim, um aumento das despesas corrente em **6,00%**, em relação ao ano de 2021 (**82,08%**). Quanto às **despesas de capital** num total de **3.393.359,32€**, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de **41,11%**, tendo-se verificado um aumento de **0,95%**, em relação ao ano anterior (**40,16%**). **Evidenciamos este resultado de execução orçamental**, que se traduz claramente num aumento das despesas correntes e de capital, resultados estes alcançados em ano de conflito sociopolítico na Europa.

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação ao ano de 2021, atingiu-se uma taxa de execução orçamental superior em 6,25%.

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Previsão | 19 930 364,48 € | 23 911 404,23 € | 24 707 550,00 € | 18 675 250,00 € | 12 362 450,00 € | 12 613 000,00 € | 10 376 405,00 € | 12 466 273,00 € | 11 485 678,00 € | 13 140 878,00 € | 15 510 357,86 € | 18 939 864,03 € | 18 642 793,20 € |
| % | 1,27% | 19,97% | 3,33% | -24,41% | -33,80% | 2,03% | -17,73% | 20,14% | -7,87% | 14,41% | 18,03% | 22,11% | -1,57% |
| Execução | 10 529 888,94 € | 12 040 804,99 € | 14 392 178,81 € | 12 203 909,02 € | 10 366 530,98 € | 10 073 646,40 € | 8 538 140,24 € | 9 438 742,84 € | 9 262 622,82 € | 9 147 855,95 € | 10 306 008,91 € | 11 559 612,79 € | 12 543 086,65 € |
| % | 3,00% | 14,35% | 19,53% | -15,20% | -15,06% | -2,83% | -15,24% | 10,55% | -1,87% | -1,24% | 12,66% | 12,16% | 8,51% |
| Desvio | 9 400 475,54 € | 11 870 599,29 € | 10 315 371,19 € | 6 471 340,98 € | 1 995 919,02 € | 2 539 353,60 € | 1 838 264,76 € | 3 027 530,16 € | 2 223 055,18 € | 3 993 022,05 € | 5 204 348,95 € | 7 380 251,24 € | 6 099 706,55 € |
| % | -0,86% | 26,28% | -13,10% | -37,27% | -69,16% | 27,23% | -27,61% | 64,70% | -26,57% | 79,62% | 30,34% | 41,81% | -17,35% |
| Taxa de execução em relação à previsão anual * | 52,83% | 50,36% | 58,25% | 65,35% | 83,85% | 79,87% | 82,28% | 75,71% | 80,64% | 69,61% | 66,45% | 61,03% | 67,28% |

Quadro VII Evolução da Despesa

* % em relação ao ano anterior

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 13 anos.

| Anos | Correntes | Capital | Total | Evolução da Receita % |
|------|----------------|----------------|-----------------|-----------------------|
| 2010 | 6 655 937,69 € | 8 255 132,00 € | 14 911 069,69 € | 58,12 |
| 2011 | 6 664 383,60 € | 5 376 421,39 € | 12 040 804,99 € | -19,25 |
| 2012 | 8 107 705,56 € | 6 284 473,25 € | 14 392 178,81 € | 19,53 |
| 2013 | 7 077 387,52 € | 5 126 521,50 € | 12 203 909,02 € | -15,20 |
| 2014 | 8 144 730,60 € | 2 221 800,38 € | 10 366 530,98 € | -15,06 |
| 2015 | 7 626 540,25 € | 2 447 106,15 € | 10 073 646,40 € | -2,83 |
| 2016 | 7 445 571,61 € | 1 092 568,63 € | 8 538 140,24 € | -15,24 |
| 2017 | 7 284 752,24 € | 2 153 990,60 € | 9 438 742,84 € | 10,55 |
| 2018 | 7 340 409,92 € | 1 922 252,90 € | 9 262 662,82 € | -1,87 |
| 2019 | 7 720 179,17 € | 1 427 676,78 € | 9 147 855,95 € | -1,24 |
| 2020 | 7 415 599,69 € | 2 890 409,22 € | 10 306 008,91 € | 12,66 |
| 2021 | 7 740 439,34 € | 3 819 173,45 € | 11 559 612,79 € | 12,16 |
| 2022 | 9 149 727,33 € | 3 393 359,32 € | 12 543 086,65 € | 8,51 |

Quadro VIII Despesa Corrente e Capital

Handwritten signatures and initials in blue ink.

2.2.3 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos igual às despesas correntes), ponto ainda em vigor.

Como já foi referido este executivo, durante o ano de 2022, direcionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

| Princípio do Equilíbrio | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| Receita Corrente | 6 655 937,69 | 6 679 059,99 | 6 695 144,27 | 7 820 678,22 | 9 192 109,86 | 8 745 879,96 | 8 677 500,14 | 8 641 949,84 | 8 940 239,15 | 8 788 565,58 | 9 002 457,12 | 9 831 208,18 € | 9 914 513,38 € |
| Despesa Corrente | 6 653 577,59 | 6 664 383,60 | 8 107 706,56 | 7 077 387,52 | 8 144 730,60 | 7 626 540,25 | 7 445 571,61 | 7 284 752,24 | 7 340 409,92 | 7 720 179,17 | 7 415 599,69 | 7 740 439,34 € | 9 149 727,33 € |
| Diferença | 2 360,10 | 14 676,39 | -1 412 561,29 | 743 290,70 | 1 047 379,26 | 1 119 339,71 | 1 231 928,53 | 1 357 197,60 | 1 599 829,23 | 1 068 386,41 | 1 586 857,43 | 2 090 768,84 € | 764 786,05 € |

Quadro IX Princípio do Equilíbrio - Execução Orçamental

No que concerne ao Equilíbrio Orçamental, o Município decidiu manter o mesmo método de gestão e cumprir com o princípio do equilíbrio orçamental executado nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), republicada pela Lei nº 51/2018 de 16 de agosto, que se traduz no seguinte: *a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.* Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.

| ANO | DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS A 31-12-2022 | | | | | | | | DÍVIDAS A CURTO PRAZO | | % Evolução |
|------|---|--------------|----------------|--------------|--------------------------|----------------|--------------|------------------|-----------------------|----------------|------------|
| | BANÇOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO | | | | Acordos de Regularização | | | | OUTROS TERCEIROS | TOTAL GERAL | |
| | CGD | BES | CCA | IGCP | Total dos Emprést. | Águas do Norte | AMDS | Total dos Acord. | | | |
| 2010 | 994 635,79 € | 780 108,65 € | 742 882,09 € | 162 572,00 € | 2 680 198,53 € | 127 271,00 € | 630 015,21 € | 757 286,21 € | 1 211 032,31 € | 4 648 517,05 € | -12,66% |
| 2011 | 825 648,51 € | 711 459,79 € | 1 107 280,06 € | 162 572,00 € | 2 806 960,36 € | 63 635,50 € | 523 833,45 € | 587 468,95 € | 1 813 364,79 € | 5 207 794,10 € | 12,03% |
| 2012 | 657 947,28 € | 642 810,93 € | 989 735,99 € | 162 572,00 € | 2 453 066,20 € | 671 245,85 € | 450 184,56 € | 1 121 430,41 € | 783 308,02 € | 4 357 804,63 € | -16,32% |
| 2013 | 486 234,41 € | 574 162,02 € | 865 622,67 € | 162 572,00 € | 2 088 591,10 € | 497 498,15 € | 357 759,28 € | 855 257,43 € | 1 112 661,07 € | 4 056 509,60 € | -6,91% |
| 2014 | 313 210,45 € | 505 513,21 € | 740 350,16 € | 146 314,80 € | 1 705 388,62 € | 326 721,12 € | 266 011,27 € | 592 732,39 € | 259 924,36 € | 2 558 045,37 € | -36,94% |
| 2015 | 138 700,54 € | 436 864,35 € | 664 058,10 € | 113 800,40 € | 1 353 423,39 € | 169 632,70 € | 173 956,98 € | 343 589,68 € | 59 823,03 € | 1 756 836,10 € | -31,32% |
| 2016 | 26 410,76 € | 364 551,15 € | 586 810,42 € | 81 286,00 € | 1 059 058,33 € | € | 82 616,09 € | 82 616,09 € | 68 106,50 € | 1 209 780,92 € | -31,14% |
| 2017 | € | 292 237,96 € | 508 899,13 € | 48 771,60 € | 849 908,69 € | € | 20 654,03 € | 20 654,03 € | 72 154,63 € | 942 717,35 € | -22,08% |
| 2018 | - € | 219 925,83 € | 430 773,71 € | 16 257,20 € | 666 956,74 € | - € | € | - € | 128 412,90 € | 795 369,64 € | -15,63% |
| 2019 | - € | 147 611,58 € | 352 629,94 € | € | 500 241,52 € | - € | - € | - € | 104 760,47 € | 605 001,99 € | -23,93% |
| 2020 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 103 969,61 € | 103 969,61 € | -82,81% |
| 2021 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 48 174,20 € | 48 174,20 € | -53,67% |
| 2022 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 47 330,48 € | 47 330,48 € | -1,75% |

Quadro X Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Este mapa, fornece a informação não só das dívidas de Médio e Longo Prazos e a Curto Prazo, como também a percentagem da sua evolução. Analisando o mesmo, podemos referir que a 31-12-2022, o Município não tinha dívidas a Médio e Longo Prazos. No que alude às dívidas de curto prazo, no valor de 47 330,48 €, referem-se a faturas que a contabilidade recebeu no ano de 2023, com data do ano de 2022 (especialização de exercícios, através de nota de lançamento), tanto a nível de fornecedores de conta corrente, como fornecedores de imobilizado. **Ou seja, em linguagem corrente, em 31-12-2022, não possuíamos nenhuma fatura por pagar.**

De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

| Programa | Designação do projeto | valores aprovados (atualizados) | | | valores a 31-12-2022 | | | | | valores por receber ainda não submetidos |
|---------------------|---|---------------------------------|-----------------|------|----------------------|-----------------------|-----------------|-------------------------------|------------|--|
| | | investimento elegível | comparticipação | % | faturados cumulativo | submetidos | | pedidos pendentes por receber | | |
| | | | | | | investimento elegível | comparticipação | | recebido | |
| Norte2020 | Centro de saúde de Vila nova de Foz Côa | 1 549 329,55 | 306 000,00 | 20% | 1 208 741,79 | 360 000,00 | 306 000,00 | 290 699,99 | 15 300,01 | 0,00 |
| Norte2020 | D2GOV_VN de Foz Côa | 78 069,07 | 66 358,71 | 85% | 79 527,42 | 68 556,07 | 58 272,66 | 55 359,02 | 2 913,64 | 0,00 |
| Norte2020 | Mobilidade urbano -PAMUS | 90 377,04 | 76 820,48 | 85% | 90 377,04 | 90 377,04 | 76 820,48 | 72 979,46 | 3 841,03 | 0,00 |
| Norte2020 | Novo Mercado Municipal | 2 115 680,51 | 1 798 328,43 | 85% | 1 934 943,53 | 1 934 943,53 | 1 644 702,00 | 1 640 811,31 | 0,00 | 157 517,12 |
| Norte2020 | Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar | 105 475,01 | 89 653,76 | 85% | 104 906,29 | 88 075,26 | 74 863,97 | 19 157,77 | 55 706,21 | 14 789,79 |
| Norte2020 | Eficiência Energetica no sistema de iluminação publica de Vila Nova de Foz Côa | 387 665,25 | 368 281,99 | 95% | 18 813,77 | 7 746,85 | 7 359,51 | 0,00 | 7 359,51 | 360 922,48 |
| Norte2020 | Eficiência Energetica no Edifício dos Paços do Concelho | 138 662,58 | 131 590,79 | 95% | 169 178,67 | 7 746,85 | 7 359,51 | 0,00 | 7 359,51 | 124 231,28 |
| Norte2020 | Espaço Promocional "das Terras de Foz Côa" | 154 888,42 | 131 655,16 | 85% | 114 572,35 | 75 250,11 | 63 962,59 | 63 962,58 | 0,01 | 67 692,57 |
| Norte2020 | Passadiços do eoa | 339 563,03 | 288 628,58 | 85% | 339 563,03 | 339 563,03 | 288 628,58 | 258 566,16 | 30 062,42 | 0,00 |
| Norte2020 | Avaliação e Implementação do RGPD no Município de Vila Nova de Foz Côa | 9 840,00 | 8 364,00 | 85% | | | | | 0,00 | 8 364,00 |
| Norte2020 | Capacitação e implementação do SICS | 4 086,35 | 3 473,40 | 85% | 4 086,35 | 1 390,00 | 1 181,50 | 0,00 | 1 181,50 | 2 291,90 |
| Norte2020 | Reabilitação Urbano de espaços publicos - Vila Nova de Foz Côa | 658 806,83 | 559 985,81 | 85% | 30 460,94 | 30 460,94 | 25 891,80 | 25 891,80 | 0,00 | 534 094,01 |
| Norte2020 | Reabilitação Urbano de espaços publicos - Pocinho | 313 366,00 | 266 361,10 | 85% | 0 | 0 | | | 0,00 | 266 361,10 |
| POAT2020 | Apoio as medidas decorrentes do combate à pandemia COVID-19 no concelho de VNFC | 168 635,87 | 168 635,87 | 100% | 168635,87 | 168635,87 | 168635,87 | 165661,1 | 2 974,77 | 0,00 |
| Turismo de Portugal | FozCoa Story House | 1 959 948,00 | 400 000,00 | 20% | 2 004 446,76 | 1 773 744,16 | 361 998,21 | 360 001,10 | 1 997,11 | 38 001,79 |
| | | | | | | | | | 128 695,70 | 1 574 266,04 |

Quadro XI Posição dos projetos candidatos em 31/12/2022

Note-se que em 31 de dezembro de 2022, o Município tinha a receber de fundos comunitários a importância de **128 695,70€**. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, teríamos em vez da descida da dívida a Curto Prazo de **1,75%** (ver quadro 10 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos), **um superavit**, ou seja, com o dinheiro que tínhamos a receber dos fundos comunitários, já validados, pagaríamos as faturas todas que entraram em 2023 e que se reportavam, a bens e serviços, fornecidos no ano de 2022 e ainda sobrava o valor de **81 365,22€**.

| | Prazo Médio de Pagamentos | | | | | | | | | |
|------------|---------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Anos | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| Nº de dias | 39 | 67 | 14 | 23 | 20 | 8 | 6 | 9 | 5 | 4 |

Quadro XII Prazo Médio de Pagamentos

Realçamos que, com todos os constrangimentos da situação de crise económica e com o cumprimento da legislação em vigor nos impunha, este Município obteve um Prazo Médio de Pagamento de 4 dias.

3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2022 e 2021, a sua variação absoluta e relativa em (%):

| Descrição | Em cêntimos de Euro | | | |
|--|----------------------|----------------------|---------------------|---------------|
| | 2022 | 2021 | Varição | Varição (%) |
| Impostos contribuições e taxas | 1 074 785,37 | 1 015 425,86 | 59 359,51 | 5,8% |
| Vendas | 472 983,78 | 468 475,97 | 4 507,81 | 1,0% |
| Serviços prestados | 818 552,75 | 717 821,94 | 100 730,81 | 14,0% |
| Transferências e subsídios correntes obtidos | 7 824 386,30 | 7 821 226,25 | 3 160,05 | 0,0% |
| Rend/gastos imputados de Ent controladas, associadas | 0,00 | 441 770,43 | (441 770,43) | (100,0%) |
| Provisões (aumento/reduções) | 55 430,90 | 0,00 | 55 430,90 | 0,0% |
| Outros rendimentos | 566 854,53 | 535 146,19 | 31 708,34 | 5,9% |
| Total da estrutura de rendimentos | 10 812 993,63 | 10 999 866,64 | (186 873,01) | (1,7%) |

Quadro XIII Rendimentos 2021 e 2022

Da análise do quadro supra, apenas nos vamos debruçar sobre as variações de grande expressão:

Vendas – compreendem publicações e impressos, sobretudo água e eletricidade. Na prática não tem variação.

Serviços prestados - que compreendem entre outros, nos resíduos sólidos, colocação de contadores, cemitérios, serviços de desporto e aluguer de espaços. A variação positiva de 14%, traduz-se no aumento de utilização dos serviços por força da saída do estado pandémico.

Rendimentos de entidades controladas – Neste exercício, a empresa local, por efeito da seca não gerou resultados positivos, daí a variação negativa.

Outros rendimentos - Esta rubrica apresenta uma variação positiva de 5,9%, devido a um aumento da imputação, a resultados, da proporção de subsídios ao investimento conforme nota 27 do anexo.

3.2 ESTRUTURA DE GASTOS

Composição dos gastos em 2022 e 2021, a sua variação absoluta e relativa (%):

| Descrição | Em cêntimos de Euro | | | |
|--|----------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| | 2022 | 2021 | Variação | Variação (%) |
| Rend/gastos imputados de Ent controladas, associadas | 234 539,61 | 0,00 | 234 539,61 | 0,0% |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 463 151,25 | 538 511,65 | (75 360,40) | (14,0%) |
| Fornecimentos e serviços externos | 3 923 275,35 | 2 822 235,30 | 1 101 040,05 | 39,0% |
| Gastos com o pessoal | 3 330 043,33 | 3 215 527,63 | 114 515,70 | 3,6% |
| Transferencias e subsidios concedidos | 1 498 217,78 | 1 523 625,88 | (25 408,10) | (1,7%) |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 817,82 | 7 390,44 | (6 572,62) | (88,9%) |
| Outros gastos | 202 762,83 | 346 566,98 | (143 804,15) | (41,5%) |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 3 158 798,22 | 2 941 880,46 | 216 917,76 | 7,4% |
| Juros e gastos similares suportados | 24,37 | 365,89 | (341,52) | (93,3%) |
| Total da estrutura de gastos | 12 811 630,56 | 11 396 104,23 | 1 415 526,33 | 12,4% |

Quadro XIV Gastos 2021 e 2022

Ao analisarmos este mapa verificamos que os itens com variações mais relevantes, são:

Gastos com entidades controladas – esta rubrica registou a proporção de resultado negativo da empresa local, referente à participação do município.

Fornecimentos e Serviços Externos – A variação de 39%, apurada nos anos de 2021 e 2022, traduz-se num aumento de 1.101.045€, que reflete os aumentos de preços na energia e combustíveis e no aumento de atividade do município junto dos cidadãos e a delegação de competências na educação. A nota 25 do anexo discrimina esta atividade.

Gastos com pessoal – O aumento era previsível e resulta de reclassificações e aumentos salariais.

Depreciações - A variação positiva é significativa, pois reflete a disponibilidade para uso de investimentos que estavam em curso.

Outros Gastos – A redução verificada nesta rubrica tem que ver com acontecimentos que não se repetem (nota 28 do anexo).

3.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

| Descrição | 2022 | 2021 | Δ Absoluta |
|-----------------------------|--------------|--------------|------------|
| Gastos com pessoal | 3 330 043,33 | 3 215 527,63 | 114 515,70 |
| N.º médio de colaboradores | 168 | 168 | 0 |
| Gasto médio por colaborador | 19 821,69 | 19 140,05 | 681,64 |

Quadro XV Gastos com o pessoal 2021 e 2022

O município tem como regra na contratação, o procedimento concursal. Ao nível da formação profissional, embora sem plano de formação prévio, as diversas entidades publicas ligadas à formação na administração publica, comunicam de forma recorrente, as ações de formação que os dirigentes, distribuem pelos colaboradores sob a sua orientação. São estes que em função das necessidades sentidas propõem a frequência das ações, sendo os gastos suportados pelo município

3.4 EBITDA E RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Entidade”, no período de 2022 e 2021, foi o seguinte:

| Descrição | 2022 | 2021 | Δ Absoluta | Δ relativa |
|--|----------------|--------------|----------------|------------|
| EBITDA | 1 160 185,66 | 2 546 008,76 | (1 385 823,10) | -54,4% |
| EBITDA/Rendimentos próprios | 49,0% | 115,6% | -66,6 | -57,6% |
| EBITDA/ Transf e subsidios correntes | 14,8% | 32,6% | -17,7 | -54,4% |
| Resultado líquido do período | (1 998 636,93) | (396 237,59) | (1 602 399,34) | 404,4% |
| Resultado líquido do período / Rendimentos próprios | -84,5% | -18,0% | -66,5 | 369,3% |

nota: Rendimentos próprios = Impostos municipais + vendas + prestação serviços

Quadro XVI EBITA e Resultado Líquido 2021 e 2022

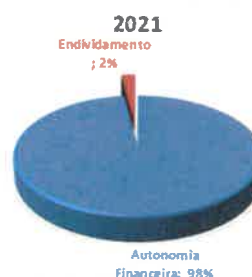
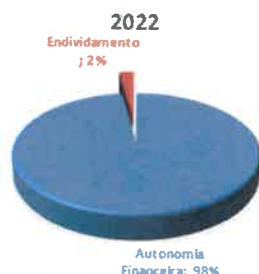
Apresentamos um conjunto de indicadores que mostram que os resultados operacionais antes de depreciações são positivos, pelo que o resultado negativo resulta das depreciações praticadas. A relação entre o EBITDA e os rendimentos próprios dão uma medida da dependência que o município tem das transferências do orçamento de estado, que explica a variação negativa do EBITDA de 2021 para 2022, pois esta rubrica de

transferências correntes (nota 23 do anexo) praticamente não aumentou, mas aumentaram os gastos operacionais.

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Entidade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

| Descrição | 2022 | 2021 | Δ Absoluta |
|----------------------|------|------|------------|
| Autonomia Financeira | 98% | 98% | -0,1% |
| Endividamento | 2% | 2% | 0,1% |



Quadro XVII Indicadores Financeiros/Endividamento 2021 e 2022

O município neste exercício, face à ausência de dívida a terceiros significativa, financia-se exclusivamente com capitais próprios apresentando uma autonomia financeira notável, estando por isso preparado para responder a incertezas futuras, decorrentes da guerra da Ucrânia e do estado inflacionista que se instalou.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 POSIÇÃO FINANCEIRA

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Entidade através da análise dos seguintes itens do balanço:

| ATIVO | 31-DEZ-2022 | Peso % | 31-DEZ-2021 | Peso % | Variação |
|---|----------------------|---------------|----------------------|---------------|---------------------|
| Ativo não corrente | 83 538 602,25 | 94,2% | 84 225 166,94 | 94,2% | (686 564,69) |
| Ativo corrente | 5 167 015,96 | 5,8% | 5 168 898,47 | 5,8% | (1 882,51) |
| Total Ativo | 88 705 618,21 | 100,0% | 89 394 065,41 | 100,0% | (688 447,20) |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | | |
| Património Líquido | 86 686 688,40 | 97,7% | 87 417 976,32 | 97,8% | (731 287,92) |
| Passivo não corrente | 843 404,34 | 1,0% | 898 835,24 | 1,0% | (55 430,90) |
| Passivo corrente | 1 175 525,47 | 1,3% | 1 077 253,85 | 1,2% | 98 271,62 |
| Total Património Líquido e Passivo | 88 705 618,21 | 100,0% | 89 394 065,41 | 100,0% | (688 447,20) |

Quadro XVIII Alguns Itens do balanço 2021 e 2022

Podemos observar pelos totais do balanço que se verificou uma ligeira descida da posição financeira, sobretudo por causa do aumento de depreciações nos ativos fixos tangíveis, que se consubstanciou numa diminuição do Património Líquido

4.2 INDICADORES DE GESTÃO

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2022 e respetivos valores comparativos:

| Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 | Δ Absoluta | Δ em % |
|--|---------------|---------------|----------------|----------|
| Ativo Fixo Tangível (AFT) | 77 258 557,80 | 79 639 463,08 | (2 380 905,28) | (3,0 %) |
| Ativo não corrente | 83 538 602,25 | 84 225 166,94 | (686 564,69) | |
| Património Líquido | 86 683 101,38 | 87 417 976,32 | (734 874,94) | (0,8 %) |
| Equilíbrio dos capitais permanentes (AFT/Cap.perm) | 0,91 | 0,90 | 0,0 | 1,0 % |
| Fluxos de caixa operacionais | 1 025 902,03 | 1 483 242,87 | (457 340,84) | (30,8 %) |

Quadro XIX Indicadores de gestão 2021 e 2022

Da análise ao quadro apresentado, propicia-nos os seguintes comentários:

◆ A variação negativa ocorrida no “**Ativo Fixo Tangível**” é motivada pelo facto das novas aquisições nas diversas classes de ativos serem inferiores às depreciações anuais:

Divulgamos de forma mais discriminada este aspeto na nota 4 do anexo.

◆ A variação negativa ocorrida no “**Património Líquido**” é referente às diferenças de resultados de exercícios entre 2021 e 2022.

◆ Os “**Fluxos de caixa operacionais da Entidade**”:

A variação nos fluxos operacionais é justificada pelo acréscimo de gastos gerais (FSE) e gastos com pessoal.

- Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2022 e 2021:

| Outros indicadores financeiros | 2022 | 2021 | Δ Absoluta | Δ em % |
|--|--------------|--------------|-------------|-----------|
| Solvabilidade (CP/Passivo) em % | 4 293,7 % | 4 423,8 % | 130,1 | (294,1 %) |
| Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros | 3 991 490,49 | 4 091 644,62 | -100 154,13 | (2,4 %) |

Quadro XX Rácios Financeiros 2021 e 2022

Da análise ao quadro acima, apresentamos os seguintes comentários:

A solvabilidade do município é completa, pelo que daqui resulta uma enorme liquidez.

4.3 ANÁLISE ECONÓMICA

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativos à análise económica no período findo de 2022, comparativamente com o período de 2021:

| Análise Económica | Fórmula simplificada | 2022 | 2021 | Δ Absoluta | Δ em % |
|--|--|----------|----------|------------|------------|
| Rendibilidade Líquida dos rendimentos próprios (%) | RL / Rendimentos próprios | (84,5 %) | (18,0 %) | 66,5 | 36931,8 % |
| Rendibilidade do Ativo (ROA) (%) | EBITDA / Ativo | 1,3 % | 2,8 % | 1,5 | (5407,8 %) |
| Rendibilidade do Património Líquido (return on equity) (%) | RL / C. Próprio | (2,3 %) | (0,5 %) | 1,9 | 40865,9 % |
| Prazo Médio de Recebimentos (dias) | Clientes / Rendimentos correntes * 365 | 71 | 47 | 24 | 49,6 % |
| Prazo Médio de Pagamentos (dias) | Fornecedores / (CMVMC+FSE) * 365 | 4 | 5 | -1 | (24,7 %) |

nota: Rendimentos próprios = Impostos municipais + vendas + prestação serviços

Quadro XXI Indicadores Económicos 2021 e 2022

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:

Uma vez que a análise é feita sobre a atividade do município, que é uma entidade que não visa o lucro, considera-se que, os resultados de rentabilidade dos rendimentos próprios são adequados uma vez que a principal fonte de financiamento é o orçamento de estado, tendo recuperado a sua atividade com uma variação de 66,5%.

Relativamente aos prazos médios de pagamento, o tema está adequadamente desenvolvido na parte orçamental. Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, **a Entidade, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz**, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2022, **justificada pela qualidade de excelência reconhecida pela generalidade de todos os seus cidadãos.**

4.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Entidade no período económico findo em 31 de dezembro de 2022, alcançou o resultado líquido negativo 1.998.636,93 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

| Descrição | Euros |
|------------------------|----------------------|
| Resultados transitados | -1 998 636,93 |
| Reservas | 0,00 |
| Total | -1 998 636,93 |

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Apesar de em 2022, Foz Côa e o mundo, ainda se depararem com algumas repercussões de uma crise pandémica com elevado impacto económico e social, o balanço foi positivo, pelo que deixamos aqui uma nota de agradecimento a Todos quantos deram o seu contributo, desde logo aos Funcionários do Município, Empresas prestadoras de bens e serviços, Entidades Públicas e Privadas e Cidadãos.

Atualmente, ainda vivemos um contexto marcado pela incerteza e imprevisibilidade, acentuado pelo conflito armado no leste europeu, com forte impacto ao nível da subida de preços, que obriga a redobrada prudência e a uma gestão ainda mais rigorosa. No entanto, pese embora as dificuldades que advêm destes fatores, assim como as dificuldades nas cadeias de distribuição, de acesso os materiais e à escassez de mão de obra, o Município de Vila Nova de Foz Côa irá manter a preocupação com o equilíbrio orçamental e ao mesmo tempo garantir a continuidade dos projetos em execução e dos compromissos assumidos.

Na gestão manter-se-á a aposta em mais e melhor serviço público, garantindo sempre rigor, seriedade e transparência.

As prioridades tidas em linha de conta são várias, podendo destacar-se:

- a) Habitação – ao nível da habitação pretende-se implementar a ELH que visa promover soluções habitacionais para as pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. Esta medida, para além de permitir dar dignidade às famílias mais carenciadas, pretende também diminuir as assimetrias sociais e económicas.
- b) Reabilitação Urbana – para além dos trabalhos de manutenção e beneficiação de edifícios municipais, no âmbito da implementação da Estratégia Local de Habitação, pretende-se adquirir para reabilitar edifícios devolutos e degradados, principalmente nos Centros Históricos, como medida de revitalização e valorização do parque habitacional existente e preservação da nossa memória e identidade.
- c) Ação Social - No ano de 2022, por via da transferência de competências da Administração Central para as Autarquias, houve um novo pacote de transferências com destaque para a área social em que passou a autarquia a assegurar o serviço de

atendimento e de acompanhamento social, a elaborar o mapeamento de respostas sociais e, entre outros, a celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, o desafio mantém-se em 2023, com um risco acrescido face ao contexto socioeconómico que se fará sentir ao nível do agravamento das condições de vida das famílias e que exigirão respostas sociais assertivas e céleres.

Após a pausa provocada pela Covid-19, 2022 foi o ano de retomar a atividade na Universidade Sénior, que passou a integrar a RUTIS. Este projeto de cariz social pretende promover o envelhecimento ativo da nossa população sénior.

Ainda em 2022, o município criou o Balcão da Inclusão que presta um serviço de atendimento especializado sobre a temática da deficiência ou incapacidade.

- d) Cultura - A cultura é assumida por este executivo como um dos eixos de desenvolvimento social e económico, como um farol da sociedade para o futuro e como veículo de atração dos territórios, constituindo-se como elemento transversal na vida das pessoas. Assente neste princípio, ao longo de 2022 a Câmara Municipal procurou estimular, planificar e promover políticas que garantam o acesso e a fruição universal e democrática da cultura, dinamizando um conjunto de equipamentos culturais que cumprem esta missão, como a Biblioteca, o Cineteatro, a Galeria D'Artes, monumentos, parques e jardins, praças, o Museu da Casa Grande, estações arqueológicas, miradouros, entre outros, tendo disponibilizado aos seus habitantes e visitantes um vasto e diversificado programa cultural ao longo de todo o ano, por todo o território municipal, numa ótica de proximidade, coesão territorial, diminuição das assimetrias, divulgação e valorização do património natural, material e imaterial do concelho.

Manteve ainda os eventos âncora como a festa da Amendoeira em Flor, o Festival de Poesia e Música, o Festival de Vinhos do Douro Superior e o Côa Summer Fest e criou um novo projeto designado "CôaCulto".

Em 2022 foi também celebrado um contrato programa de desenvolvimento cultural entre o município e a ACDR de Freixo de Numão, que tem como principal objetivo a preservação e valorização do património cultural enquanto elemento identitário



que serve de suporte à nossa memória constituindo, assim, uma importante herança para as gerações vindouras. As memórias e tradições de um povo são indutoras de saber e capacidade crítica na procura de uma sociedade melhor e mais justa.

Em 2023 será mantida a mesma política cultural, bem como os apoios às associações culturais e recreativas do concelho e escolinha de artes que inclui entre outras valências, a Academia de Música COARTES.

- e) Educação – Por via da transferência de competências, o Município passou ainda a assumir um papel mais importante na Educação. No ano letivo de 2022/2023 a par de todas as outras medidas já implementadas, fez uma nova aposta nas atividades de enriquecimento curricular, que também se estenderam ao ensino Pré-escolar. Ofereceu a “Escola Virtual” a todos os alunos até ao 6º ano de escolaridade e pretende-se no próximo ano letivo estender esta medida a todos os níveis de ensino. Foram ainda apoiadas e promovidas um conjunto de atividades direcionadas para a inclusão social, igualdade de oportunidades e ensino de qualidade para todos. Em 2023 a autarquia pretende manter e reforçar a política de apoio à educação, prosseguir com o Plano Intermunicipal de Combate ao Abandono Escolar, com o apoio às famílias e continuará a disponibilizar atividades de animação sociocultural no período das interrupções letivas (Natal e Páscoa) e férias de verão. Na vertente de coesão territorial e oferta igual para todos, o Município assumiu desde o início de 2022 o transporte de crianças (até aos 3 anos de idade) de todas as freguesias para a sede de concelho.
- f) Desporto – conscientes da importância da atividade física na saúde e na atração turística, o Município pretende continuar a apoiar as Associações Desportivas, as Juntas de Freguesia, a Escola, bem como promover e apoiar inúmeros programas da prática desportiva e eventos como o Foz Côa Douro Trail Adventure, que ano após ano se revela um sucesso, atraindo centenas de pessoas ao nosso território. Ampliamos e desenvolvemos a nossa escola de futebol, assumindo novas competências e alargando o número de participantes para cerca de 50 crianças. Continuamos a apoiar o Desporto Escolar através do Centro Formação Desportiva, permitindo às nossas crianças a prática de desportos náuticos no nosso Centro Alto Rendimento.

- g) Ambiente – Ao nível do ambiente dar-se-á continuidade às ações de informação e sensibilização ambiental, convergentes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 das Nações Unidas e com o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), que visam promover a mudança de atitudes e comportamentos ao nível do meio ambiente.

Em 2022 o município iniciou a substituição de iluminação pública para tecnologia LED estando prevista a sua conclusão para 2023.

No seguimento da situação de seca extrema foram repensados os espaços verdes e implementadas soluções mais sustentáveis com vista à melhoria da eficiência no consumo da água. A questão relacionada com esta problemática da falta de água continua a ser uma preocupação para este município, que continuará a reformular o sistema de distribuição de água em baixa aumentando assim a sua eficiência. Estão ainda previstas várias campanhas de sensibilização.

- h) Turismo - O turismo, em paralelo com a agricultura, é uma atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego e um fator de desenvolvimento para o nosso território. É assente nesta premissa que continuaremos a apostar neste sector, seja através de eventos, seja através da capacitações dos nossos agentes, seja no aumento e melhoria da oferta. Potenciar e promover tudo aquilo que são as mais valias do nosso concelho como a gastronomia, o vinho, a amêndoa, a atratividade do património cultural e natural, continuar a apostar na marca “Explore Foz Côa” é um desígnio deste executivo para os próximos anos.

A valorização e dinamização da EN222 é também um dos projetos a desenvolver.

Salienta-se que em 2022, Foz Côa registou um aumento considerável de turistas. Apesar de apenas uma pequena percentagem dos mesmos passarem pelo Centro de Informação Turística (CIT), de acordo com os dados recolhidos diariamente durante o ano de 2022, o CIT recebeu 3560 visitantes. Destes, 2462 corresponderam a visitantes nacionais e 1098 a visitantes estrangeiros, prevendo-se que em 2023 este número aumente, se tivermos como comparação os primeiros três meses do ano, onde já se registaram 1101 turistas.

-
- i) Proteção Civil - O reforço do sistema de proteção civil no âmbito das autarquias é concretizado pela consolidação dos serviços municipais de proteção civil, melhorando os níveis de coordenação operacional à escala concelhia, conferindo um papel ainda mais estratégico aos municípios com a definição das funções do Coordenador Municipal de Proteção Civil. Desta forma, a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, através do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), tem a missão de planear, coordenar e executar as políticas de emergência e de proteção civil ao nível municipal, designadamente: prevenção e resposta a acidentes graves e catástrofes; proteção e socorro de populações; coordenação dos agentes de proteção civil, nos termos legalmente previstos; planeamento e coordenação das necessidades municipais na área da emergência.
- j) Obras Municipais – Os atrasos nos projetos de construção civil são uma problemática constante no universo global da indústria da construção não só em Foz Côa, como também em Portugal e no mundo. Estes atrasos, têm provocado sucessivos adiamentos na conclusão das obras, previstas para 2022.

Neste seguimento, as obras decorrentes no Mercado Municipal, edifício “Foz Côa Story House”, bem como nos arruamentos envolventes às duas obras, o espaço promocional “Das Terras de Foz Côa” e o espaço verde adjacente à rua Rainha Santa Isabel, prevê-se que estejam concluídas no primeiro semestre de 2023.

5 CONTABILIDADE DE GESTÃO

Limitações:

Nos termos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, os documentos de prestação de contas deverão divulgar informação sobre a avaliação de desempenho e avaliação por programas, sobre os custos, tendo por base informação proveniente do sistema de contabilidade de custos e de gestão.

Esta informação deveria ser incluída neste relato financeiro anual.

Sendo a contabilidade de gestão uma ferramenta de apoio à gestão, o relatório de gestão deverá divulgar, conforme estipulado no parágrafo 34 da supramencionada norma, para cada bem, serviço ou atividade final:

- Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades;
- Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidentes com o exercício económico;
- Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.” No caso particular do subsetor autarquias locais, deveriam ainda ser divulgados os mapas que constam do parágrafo 37 da NCP 27.

Apesar do processo já iniciado, não nos é possível encerrar o ano de 2022 neste módulo, desagregando gastos e rendimentos por funções, bens e serviços, devido à necessidade de diversos aperfeiçoamentos para operar na sua generalidade e no seguimento das exigências impostas pela legislação, pelo que não é possível apresentar neste relatório os documentos estipulados no ponto 34 da NCP 27.

André
Rosa
[Handwritten signature]

6 QUESTÕES AMBIENTAIS

A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, cumpre todas as disposições ambientais na separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos produzidos no concelho. A recolha de RSU indiferenciados é feita pela empresa FCC Environment Portugal, S.A, monitorizada/fiscalizada pela Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos. A recolha separativa é feita através de ecopontos recolhidos pela empresa Resíduos do Nordeste. Existe um ecocentro gerido pela empresa FCC Environment Portugal, S.A para a recolha de resíduos que não cabem no âmbito anterior. É feita recolha programada porta a porta de “monos” (móveis, eletrodomésticos, e outros resíduos que o munícipe não tenha possibilidade de transportar ao ecocentro).

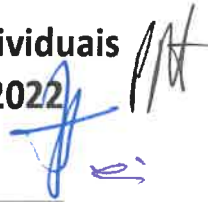
No âmbito das atividades municipais que tenham a ver com as alterações climáticas, tem-se procurado tomar iniciativas que venham de encontro às recomendações das Nações Unidas. Ao nível da sensibilização ambiental foram desenvolvidas várias ações formativas, dirigidas a todos os funcionários do município, agrupamento escolar e população em geral, nomeadamente no que se refere à separação de resíduos e à compostagem. Promoveu-se ainda, pelas freguesias do município um conjunto de ações de sensibilização ambiental através de um ecoponto móvel, que incluía todo o tipo de recolha seletiva. Quanto a ações concretas do Município na área de preservação do ambiente (alterações climáticas), tem-se a referir:

→O Município aderiu ao Plano de Ação para a Energia Sustentável em 18 de fevereiro de 2015, via CIM do Douro, esta como Entidade Coordenadora Territorial.

→Foi já adjudicado à empresa Helenos, S.A, o procedimento para fornecimento e montagem de luminárias com tecnologia LED e sistema de telegestão em toda a cidade de Vila Nova de Foz Côa.

→Está em conclusão a empreitada de obras de requalificação nos Paços do Concelho para melhorar a eficiência energética do edifício.

→Está em preparação o lançamento de concurso público da empreitada de construção da nova piscina municipal coberta; pretende-se iniciar a construção em 2023, com a demolição da existente, que se encontra obsoleta em termos de isolamento térmico da envolvente e de equipamento/fontes de energia.



-
- Está em fase de conclusão a construção da ETAR de Muxagata (aglomerado urbano do Concelho); durante o ano, pretende-se mandar elaborar mais dois projetos de ETAR's (Chãs e Castelo Melhor).
 - Existem dois postos de carregamento para veículos elétricos em Vila Nova de Foz Côa e serão instalados mais dois durante o presente ano.
 - Foram instaladas, duas plataformas para bicicletas elétricas em Vila Nova de Foz Côa.
 - Está a ser desenvolvido um estudo municipal para a implementação de um sistema de recolha de biorresíduos.
 - Estão a ser instaladas duas estações de serviços para bicicletas, uma junto ao CAR e outra nas proximidades do pavilhão gimnodesportivo, associadas à grande travessia BTT do Douro Internacional e Vinhateiro.



7 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

7.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras são autorizadas para emissão quando aprovadas pela Camara Municipal.

7.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras e as demonstrações de relato orçamental, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual das Alterações do Património líquido, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo Individual.

Vila Nova de Foz Côa, 12 de abril de 2023

O Presidente da Camara Municipal



(Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa)